

EM JOGO ESTÃO USD 764 MILHÕES

## De Ministro da tutela a dirigente de facto: Celso Correia “assalta” ADIN e ofusca o veterano Armando Panguene



Cinco meses depois da sua criação, a Agência de Desenvolvimento Integrado do Norte (ADIN) foi oficialmente lançada esta segunda-feira, 31 de Agosto, em Pemba, cidade onde está sediada. O evento mobilizou para a capital de Cabo Delgado membros do Conselho de Ministros, representantes de missões diplomáticas e de instituições financeiras multilaterais. No discurso que marcou o lançamento da ADIN, o Presidente da República disse que a agência tem o mandato de promover acções de carácter multisseto-

rial para o desenvolvimento socioeconómico da região norte. Filipe Nyusi fez questão de lembrar que o anúncio da constituição da agência há cinco meses gerou grandes expectativas no seio dos moçambicanos residentes naquela região, sobretudo a população afectada pelo terrorismo.

Com um mandato transversal, a ADIN vai actuar em várias áreas, com destaque para assistência humanitária (assistência às vítimas dos ataques terroristas, incluindo deslocados); desenvolvimento económico (criação de oportunidades de emprego e

formação para jovens, promoção de iniciativas de investimento para as comunidades e construção de infra-estruturas); resiliência comunitária e capital humano (apoiar e orientar iniciativas de desenvolvimento para as comunidades, apoiar mecanismos de participação e de responsabilização, e promover o empoderamento da rapariga e da mulher).

Apesar de o Governo avançar que a cerimónia de segunda-feira marcou o início das actividades da ADIN, o facto é que a agência ainda não tem um plano estraté-



gico, cinco meses depois da sua criação. Aliás, o ponto forte da agenda de segunda-feira foi a apresentação e discussão da Estratégia de Resiliência e Desenvolvimento Integrado do Norte, um documento que deverá ser aprovado pelo Conselho de Ministros no último trimestre do ano. A elaboração da estratégia decorre em paralelo com a mobilização de fundos para financiar os projectos da agência. São 764 milhões de dólares que o Governo está a mobilizar junto de parceiros multilaterais e bilaterais.

Para a fase inicial, estão previstos projectos no valor de 383,8 milhões de dólares, todos desenhados no âmbito do plano de emergência para assistência humanitária às vítimas dos ataques terroristas. Mas até aqui o Governo só conseguiu mobilizar 19 milhões de dólares, que serão divididos em 12,6 milhões de dólares para a promoção da produção agrária e pesqueira; 3,4 milhões para saúde; e 3 milhões de dólares para abastecimento de água e saneamento.

À excepção do projecto de água e sanea-

mento que tem garantidos pouco mais de 50% do valor necessário (5,5 milhões de dólares), os outros dois projectos receberam muito abaixo da metade: o projecto de promoção de produção agrária e pesqueira necessita de 31,2 milhões de dólares e para saúde são necessários 11,5 milhões de dólares. Entretanto, outros projectos como ordenamento territorial, construção de habitações, estradas, energia e assistência à população em produtos alimentares ainda não receberam financiamento.

## O protagonismo do Ministro Celso Correia e a “benevolência” do Banco Mundial

Apesar de ser o Presidente da ADIN, o veterano da Luta de Libertação Nacional, Armando Panguene, não está a desempenhar um papel relevante na vida da instituição. Na cerimónia de lançamento oficial, Panguene fez uma curta intervenção e deixou o palco para Celso Correia, Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural e responsável pela tutela administrativa da ADIN. Foi Celso Correia que

apresentou a Estratégia de Resiliência e Desenvolvimento Integrado do Norte no evento de segunda-feira; e é ele quem está a negociar com os parceiros de cooperação a mobilização de fundos para financiar os projectos da agência.

Aliás, foi o Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural quem deu a informação de que dos 764 milhões de dólares que a ADIN necessita, 700 milhões de

dólares serão desembolsados pelo Banco Mundial, 60 milhões de dólares serão canalizados pelo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), e 3,6 milhões de dólares pelo Reino Unido. Ainda ontem, Celso Correia foi a figura de cartaz durante as primeiras actividades de campo da ADIN em Cabo Delgado: foi ele quem distribuiu os kits de auto-emprego, de agricultura e pescas às famílias afectadas pelo terroris-

mo; foi ele quem falou à imprensa sobre a iniciativa. Sem direito à palavra, o Presidente da ADIN confundia-se com o pessoal de apoio da delegação do Ministro. Ora, o exercício das funções de tutela não deve ser confundido com a substituição dos dirigentes da instituição tutelada, tal como está a acontecer na ADIN.

O “assalto” à ADIN pode ser explicado pela apetência de gestão dos 700 milhões de dólares prometidos pelo Banco Mundial. Mesmo sem garantias de transpa-

rência e governação inclusiva dos fundos, o Banco Mundial sempre “acarinhou” as iniciativas de Celso Correia, financiando as instituições por si tuteladas. Por exemplo, o Banco Mundial foi e continua a ser o grande financiador do Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável (FNDS) e do Sustenta, o controverso programa agrário que será implementado em todo o território nacional. É interessante notar que Celso Correia levou consigo o FNDS do Ministério da Terra e Ambiente para o Mi-

nistério da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

Dados de 2017 mostram que o Banco Mundial injectou perto de 200 milhões de dólares nos projectos do FNDS, através de subvenções, fundos fiduciários globais, empréstimos concessionais, pagamentos baseados no desempenho e a constituição de um novo Fundo Fiduciário de Doadores Múltiplos e Específico para Moçambique (Suécia entrou com 15 milhões de dólares).

## CDD sempre defendeu que ADIN devia permanecer sob tutela do Conselho de Ministros

Na verdade, o primeiro sinal do “assalto” à ADIN foi emitido no dia 17 de Junho. Foi nesta data que o Conselho de Ministros aprovou o decreto de delegação de competências do exercício de tutela administrativa sobre a ADIN ao Ministro que superintende a área do Desenvolvimento Rural. Em outras palavras, a ADIN deixava de ser uma instituição tutelada pelo Conselho de Ministros e passava à tutela de Celso Correia, Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

O Centro para Democracia e Desenvolvimento (CDD)<sup>1</sup> defendeu, na altura, que a ADIN devia permanecer sob tutela do Conselho de Ministros, órgão que tem, entre outras competências constitucionais, dirigir e coordenar as actividades dos ministérios e outros órgãos subordinados. Estando sob tutela do Conselho de Ministros, a direcção da ADIN continuaria a prestar contas ao Primeiro-Ministro, figura que, nos termos da Constituição da República, tem a responsabilidade de coordenar e controlar as actividades dos ministérios e outras instituições governamentais.

Pela sua natureza, a ADIN tem uma visão holística de desenvolvimento e uma actuação transversal que abrange todos os sectores económicos e sociais do Governo, pelo que não faz sentido a sua direcção responder a um Ministro responsável por um único sector, nomeadamente o sector agrário e de desenvolvimento rural. O CDD defendeu ainda que o sucesso da missão da ADIN passa obrigatoriamente por um trabalho coordenado com vários sectores representados por diferentes ministérios,



e não apenas o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, apesar da sua importância estratégica.

Na sua actuação, a ADIN deverá interagir, coordenar actividades e estruturar os seus projectos de desenvolvimento integrado com titulares de vários ministérios, por isso o CDD sempre defendeu que a tutela da agência devia ser devolvida ao Conselho de Ministros para conferir maior peso político à sua direcção. O Presidente da ADIN deve trabalhar directamente com

o Primeiro-Ministro, figura que, pela natureza do cargo e das funções que exerce, tem uma visão política global e integrada do desenvolvimento sócio-económico, e não uma visão sectorial como é o caso de um Ministro.

No lançamento oficial da ADIN, o Primeiro-Ministro, Carlos Agostinho do Rosário, apareceu apenas para fazer o discurso de encerramento da cerimónia, uma vez que o Presidente da República já se havia retirado.

<sup>1</sup> <https://cddmoz.org/governo-passou-tutela-da-adin-para-celso-correia-tutela-da-agencia-de-desenvolvimento-integrado-do-norte-deve-ser-devolvida-ao-conselho-de-ministros/>

# CDD



## INFORMAÇÃO EDITORIAL:

**Propriedade:** CDD – Centro para a Democracia e Desenvolvimento  
**Director:** Prof. Adriano Nuvunga  
**Editor:** Emídio Beula  
**Autor:** Emídio Beula  
**Equipa Técnica:** Emídio Beula , Agostinho Machava, Ilídio Nhantumbo, Isabel Macamo, Julião Matsinhe, Janato Jr. e Ligia Nkavando.  
**Layout:** CDD

**Contacto:**  
Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.  
Telefone: +258 21 085 797

CDD\_moz  
**E-mail:** [info@cddmoz.org](mailto:info@cddmoz.org)  
**Website:** <http://www.cddmoz.org>

### PARCEIRO PROGRAMÁTICO



### PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

